

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

PARECER Nº 345/2024

PROTOCOLO N.º 1000000144

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DIRETA – FERRAMENTA SOLLICITA PRO

INTERESSADO: APPA/DJU

Sr. Presidente,

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de protocolo de iniciativa da Diretoria Jurídica da APPA, através da CI nº 227/2024, na qual foi descrita a necessidade e apresentadas as justificativas para contratação direta da **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA**, objetivando acesso à plataforma eletrônica completa, de pesquisa, capacitação, orientação e atualização diária de informações, com conteúdo e fontes de pesquisas atualizados, necessários para auxílio nas demandas dos setores de Licitações e Contratos da APPA.

2. Os autos vieram instruídos com os seguintes documentos, em síntese:

DOCUMENTO
CI nº 227/2024 - DJU
Termo de Referência
Proposta – Sollicita Pro
Justificativa de preço
Certidões de regularidade fiscal e trabalhista
Aprovação do Diretor da DJU

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Autorização para abertura da fase interna do procedimento pela DPR
CI nº 227/2024 – DJU - Errata
Manifestação da COLIC
Manifestação de Errata da CI nº 277/2024 - DJU
Manifestação COLIC
Manifestação CSUPR
Declaração de adequação orçamentária
Minuta do contrato

3. É, em síntese, o relatório.

II- ANÁLISE JURÍDICA

II.1 – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

4. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

5. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

6. A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

7. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

8. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

9. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

10. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

11. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

12. Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

13. Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

14. Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

15. Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, também, que a DJU não tem atribuição para

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

16. Em segundo lugar, há que registrar que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na **Lei nº 13.303/2016** que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e no **Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC)**.

17. Por fim, tenha-se presente que este parecer se restringe a análise da possibilidade de contratação direta, por inexigibilidade, da **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA**, para acesso à plataforma eletrônica completa, de pesquisa, capacitação, orientação e atualização diária de informações, com conteúdo e fontes de pesquisas atualizados, necessários para auxílio nas demandas dos setores de Licitações e Contratos da APPA.

II.2 - DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

18. Como já exposto, trata-se solicitação de contratação direta por inexigibilidade, de plataforma eletrônica completa, de pesquisa, capacitação, orientação e atualização diária de informações, com conteúdo e fontes de pesquisas atualizados, necessários para auxílio nas demandas dos setores de Licitações e Contratos da APPA.

19. O art. 30. II, da lei 13.303/2016 dispõe, *in verbis*:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:
(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados,
com profissionais ou empresas de notória especialização,

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

(...)

20. É oportuno registrar que quando se decide pela contratação por inexigibilidade de licitação, que é uma exceção, deve-se ter como fundamento a ausência de competição entre os possíveis fornecedores de bens e serviços de que necessita o contratante. Logo, adotando-se esse procedimento, deverá ele ser sempre devidamente fundamentado, já que se estaria diante de uma exceção a um dos princípios que regem as contratações públicas.

21. No caso em tela, o que se pretende é a contratação de plataforma eletrônica para auxiliar nas demandas ocorridas na área de Licitações e Contratos da APPA, conforme demais especificações e elementos contidos no termo de referência, **amoldando-se na hipótese legal descrita acima, eis que se trata de plataforma desenvolvida por instituição notoriamente especializada para disponibilização de conteúdo especializado.**

22. A uma porque a plataforma eletrônica onde são disponibilizados os cursos, material de pesquisa, orientação especializada em matéria de licitações e contratos e capacitação diária depende de aspectos impassíveis de comparação, tais como o conteúdo, os recursos didáticos, a capacidade do corpo técnico que prestará as orientações a serem requeridas pela APPA e que

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

elaborou os conteúdos já disponíveis para acesso dos contratantes, entre outros. A duas, porque o termo de referência traz elementos que denotam a notória especialidade da empresa que se pretende contratar, conforme se verifica dos destaques abaixo:

A Negócios Públicos do Brasil, possui experiência de longa data em matéria de licitações e contratos públicos. A empresa é especializada na prestação de serviços de consultoria técnica sobre licitações e contratos administrativos, com acesso via internet (portal eletrônico www.sollicita.com.br), desenvolvido para aumentar a eficiência administrativa no processo de contratação pública através de informações concentradas em um única plataforma, dinâmica e intuitiva, integrada por diversas ferramentas, facilitando as atividades diárias, possibilitando a rápida obtenção de informações e conferindo segurança à tomada de decisões.

O Sollicita melhora a eficiência da organização pública, dando às diferentes equipes do processo de compras acesso a capacitação informações qualificadas e ferramentas exclusivas voltadas para a obtenção dos resultados esperados de licitação eficaz, compatível com as diretrizes da boa governança propagada pelos Tribunais de Contas.

A empresa atua, também, com suporte técnico por meio de pareceres e orientações objetivas, desenvolvidas por especialistas, altamente qualificados e com vasta experiência teórica e prática. Por meio deste serviço, a empresa respalda seus clientes com soluções ágeis e confiáveis, sempre fundamentadas na doutrina especializada e nas recomendações dos órgãos de controle.

Portanto, em face do longo tempo de atuação, da experiência e das realizações da Negócios Públicos, e também da qualificação técnica de seu corpo técnico, a empresa em questão pode ser considerada notoriamente especializada, possuindo todas as condições habilitatórias necessárias à contratação com o Poder Público.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

23. De acordo com as informações trazidas no protocolo, vê-se que se trata de contratação que envolve certo grau de intelectualidade e especialidade em seu núcleo, e que possui natureza predominantemente intelectual. Portanto, não há possibilidade de delimitar critérios que permitam a comparação da plataforma e dos serviços objetivados pela APPA com eventuais outras ferramentas especializadas disponíveis no mercado.

24. Além disso, a notória especialização do fornecedor está diretamente relacionada com a relação de confiança. Explica-se: o detentor de notória especialização faz presumir a execução de um serviço satisfatório, de qualidade inquestionável, pois além de contar com renome, possui um conjunto de fatores e condições que proporciona ao contratante a confiança de que ele é o mais adequado para prestar o serviço, sendo possível auferir do protocolo em tela que o a Negócios Públicos possui vasta experiência, publicações, desempenhos anteriores e equipe técnica especializada, de modo que tais fatos são os que validam a escolha de sua ferramenta e, por conseguinte, a contratação por inexigibilidade.

25. De outro giro, convém destacar que, em que pese seja prescindível a realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, dispõe que o processo de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante.

26. Ao tratar da justificativa do preço, o Tribunal de Contas da União dispõe no seguinte sentido:

“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) **pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar**”.

(Acórdão 2993/2018 - Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

27. No caso em tela, é possível verificar no arquivo “Comprovação de Preço” que o valor que a Negócios Públicos exige da APPA para disponibilização da plataforma, na forma delimitada no termo de referência, é compatível com o valor ofertado a outros contratantes da mesma ferramenta considerando o plano a ser contratado (plano diamante).

28. Dessa forma, a DJU entende que o preço praticado se encontra devidamente justificado e que foram preenchidos os requisitos para a contratação da plataforma por inexigibilidade.

**II - QUANTO A EVENTUAL NECESSIDADE DE APROVAÇÃO
DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELO CONSAD**

29. Devidamente analisado o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares para a contratação em tela, torna-se possível ao gestor avaliar a conveniência e oportunidade da contratação.

30. Caso conclua por deflagrar a contratação pretendida, é necessário que o Diretor Presidente avalie o envio do presente protocolado para apreciação do Conselho de Administração da APPA – CONSAD, isso porque conforme consta no item “7” da Ordem do Dia da Ata da 72ª reunião do CONSAD, realizada em 28 de agosto de 2020, a alçada de deliberação pela Diretoria Executiva foi aumentada para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):

"O Conselho de Controle das Empresas Estatais – CCEE, editou Deliberação Normativa nº. 003/2019, que prescreve os seguintes percentuais e atribuições: "... Art. 6º -A competência para deliberar sobre a celebração de quaisquer negócios jurídicos, incluindo aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e a associação com outras pessoas jurídicas, deverá ser atribuída: IV – Ao Conselho de Administração, quando o valor envolvido for superior a 2% do

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Capital Social integralizado da Companhia. Diante disso, os membros do CONSAD decidiram utilizar como referência o valor equivalente a 1% (um por cento) do Capital Social da APPA, sendo deliberado o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) como nova Regra de Alçada da Diretoria Executiva para as futuras contratações da Portos do Paraná e que não haverá mais necessidade de deliberação e aprovação de pedidos de reajustes contratuais que tiverem previsão expressa nos contratos administrativos."

31. No presente caso, considerando que, consoante informações constantes no protocolo em tela, o valor da contratação é de **R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais)**, **não é necessária a aprovação pelo CONSAD.**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

III - CONCLUSÃO

32. Ante o exposto, considerando que a razão da escolha do fornecedor e do objeto pretendido está descrita em item específico do termo de referência, coincidindo com as razões pelas quais trata-se de contratação cuja competição é inexigível, bem como há disponibilidade orçamentária para a despesa, conclui-se que o procedimento está apto para subsidiar a decisão da Diretoria Executiva acerca da contratação por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 30, inciso II da Lei nº 13.303/2016, não sendo necessária a aprovação da contratação pelo CONSAD, eis que o valor da contratação é de **R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais)**.

33. Por fim, anote-se que em havendo a contratação, devem ser tomadas as demais providências atinentes às contratações diretas.

Paranaguá, 09 de dezembro de 2024.

VITÓRIA MASS SPISILA
COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Assinado digitalmente

MATEUS DO NASCIMENTO EDUVIRGES
ANALISTA PORTUÁRIO - ADVOGADO
Assinado digitalmente

RODRIGO DI PIERO MENDES
PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO
Assinado digitalmente

MARCUS VINÍCIUS FREITAS DOS SANTOS
DIRETOR JURÍDICO
Assinado digitalmente

COMUNICAÇÃO INTERNA 522/2024.

Documento: **PARECERINEXIGIBILIDADE SOLICITAPROSAP1000000144.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 09/12/2024 16:13.

Assinatura Simples realizada por: **Vitoria Mass Spisila (XXX.221.968-XX)** em 09/12/2024 15:59, **Mateus do Nascimento Eduvirges (XXX.429.269-XX)** em 09/12/2024 16:07, **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 11/12/2024 10:30.

Inserido ao documento **730.178** por: **Vitoria Mass Spisila** em: 09/12/2024 15:59.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a2c73291d57aab4b78afe387f82ef8f4.